

## Editorial

# Educação escolar pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada: um direito por conquistar no Brasil

## Editorial

### Public school education, free, secular and of socially referenced quality: a right to conquer in Brazil

*Marcos Francisco Martins<sup>1</sup>*  
*Editor responsável*

O direito à educação escolar pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada é condição necessária à constituição de uma civilização que se quer minimamente democrática. A negação desse direito em qualquer nação produz uma das mais dramáticas situações sociais contemporâneas: o analfabetismo, que ainda persiste em solo brasileiro.

No Brasil, o referido direito foi e continua sendo negado, daí, entre outras consequências, a existência do analfabetismo no cenário nacional. De fato, direito à educação ainda é um projeto em construção no Brasil. Nunca na história nacional a educação escolar, nos seus diferentes níveis, foi verdadeiramente pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada. Historicamente, no passado colonial, ela foi monopolizada pelos interesses e necessidades das elites que por aqui se constituíram, e no Império e na República não deixou de atender, sob diferentes formas, a esse objetivo fundamental da minoria social, com algumas raríssimas e localizadas exceções.

Mas, essa dramática situação, bem como sua consequência talvez mais nefasta, o analfabetismo, foi e é enfrentada por diferentes sujeitos sociais, seja no âmbito interno ao sistema escolar de ensino, seja externamente a ele, pelas iniciativas críticas e criativas que se efetivaram e se efetivam fora da escola. Dar continuidade a essa luta pelo direito à educação e, conseqüentemente, pelo combate ao analfabetismo, é ação que não se restringe à dimensão estritamente didático-pedagógica, mas também, e sobretudo, diz respeito à esfera política, pois dela depende o futuro do Brasil como nação soberana, com um povo que possa não apenas ter formalmente direitos inscritos na Constituição, mas que lhe seja possível gozar dos bens materiais, simbólicos e sociais necessários à vida digna em uma civilização democrática.

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela Unicamp, docente do Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE) da UFSCar *campus* Sorocaba, coordenador do Mestrado em Educação (PPGED-So), lidera o GPTeFE (Grupo de Pesquisa Teorias e Fundamentos da Educação) e é bolsista PQ-CNPq. E-mail: [marcosfranciscomartins@gmail.com](mailto:marcosfranciscomartins@gmail.com)

Parte da luta por conquistar o direito à educação no Brasil e, concomitantemente, combater o analfabetismo, está expresso em dezessete artigos publicados neste v. 3, n. 3, da ***Crítica Educativa***, no Dossiê intitulado “A Educação de Jovens e Adultos como direito”. Entre eles consta um que trata do direito à educação de jovens migrantes nas escolas da Argentina. Ao todo, foram submetidos ao Dossiê 30 artigos.

Como tem sido praxe hodierna na dinâmica da publicação científica, o referido Dossiê foi fruto de uma articulação interinstitucional, abrangendo Brasil e Portugal. Os responsáveis pela organização foram a Profa. Dra. Adriana Alves Fernandes Costa (Universidade Federal do Rio de Janeiro), o Prof. Dr. Francisco Evangelista (Centro Universitário Salesiano de São Paulo), a Profa. Dra. Dulcinéia de Fátima Ferreira (Universidade Federal de São Carlos) e a Profa. Dra. Carmen Cavaco (Universidade de Lisboa). Assim, a ***Crítica Educativa*** dá seguimento à boa prática acadêmico-científica de possibilitar a articulação entre docentes, de diferentes instituições e nacionalidades, que estudam e pesquisam problemas comuns e, particularmente, significativos à realidade nacional, reverberando regional e internacionalmente.

Além desses textos presentes no Dossiê, a ***Crítica Educativa*** publica no presente volume mais um artigo internacional, de Portugal, sobre a educação profissional no Brasil e naquele contexto, bem como, ainda, mais seis artigos nacionais. Eles tratam de temas variados, como a educação infantil (dois artigos), a educação patrimonial na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, a formação de professores e a deficiência visual, o processo formativo em Serviço Social e, por fim, o ensino de Geografia. No fluxo contínuo para este v.3, n. 3, foram recebidos 10 artigos no total.

Assim sendo, os leitores poderão encontrar neste volume textos que consolidam o objetivo da ***Crítica Educativa***, que é o de ser um canal de veiculação da produção científica nacional e internacional sobre educação, no amplo sentido do termo, contribuindo, assim, com o desenvolvimento da pesquisa em ciências humanas, sociais e sociais aplicadas, particularmente, com a atualização e difusão do conhecimento.

Finalmente, há que se dizer que o objetivo da ***Crítica Educativa*** não seria possível de efetivar sem o trabalho voluntário de inúmeros pesquisadores(as) nacionais e internacionais, que contribuíram, ao longo do ano de 2017, como avaliadores(as) dos textos submetidos ao periódico. A eles e elas agradecemos pelo trabalho realizado e neste volume publicamos a lista com os nomes de cada um.